

---

# Apresentação

---

A 8ª edição (jun./2017) da *RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, da Unesp, traz duas sessões de artigos e uma resenha.

Inicia-se com o dossiê: “Migrações, populações deslocadas e direitos humanos”. Seu objetivo, segundo os coordenadores: Marco Aurélio Nogueira, Vanessa Capistrano Ferreira e Laís Azeredo, “é problematizar e discutir as questões hodiernas que circundam os abusos humanos crescentes, em seus múltiplos aspectos, dedicando-se particularmente ao tema dos fluxos migratórios internacionais, cujo tratamento apresenta-se como um dos principais desafios na contemporaneidade”. São seis artigos, em que pesquisadores de várias universidades, vinculados ao *Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI*, da Unesp, buscam focar diferentes aspectos dos deslocamentos populacionais forçados, à luz dos direitos humanos, tais como: ‘políticas de acolhimento de refugiados’, ‘reconhecimento social e debilidades’, ‘inclusão e cidadania ativa’, ‘migração de crianças desacompanhadas’, ‘refugiados LGBTI’ e ‘criminalização e exclusão’. Mais detalhes, na apresentação do dossiê adiante.

Na sessão *Artigos diversos*, a *RIDH* apresenta um conjunto de 9 textos de várias áreas acadêmicas (filosofia, direito, educação, história e comunicação), estabelecendo, em análises de suas temáticas, intersecções com os direitos humanos.

Repensar o conceito de dignidade humana para além da visão antropocêntrica é o propósito de Carolina Sánchez De Jaegher, da University College Roosevelt, Utrecht University (Holanda), em seu artigo: *Dialogando la dignidad para la Naturaleza a través del Suma Kawsay*, Suma Qamaña y Kvme Mogen. Esses três documentos são as bases epistêmicas de culturas tradicionais do Equador, Bolívia e Chile, utilizadas pela autora em reflexões sobre a coexistência com a Mãe Terra e o sentido de Boa Vida.

Em *O ofício do mediador na perspectiva controversial: a arte de construir a autonomia e o sujeito de direito*, Hilda Helena Soares Bentes e Diego Machado Monnerat têm como proposta “analisar a articulação entre direitos humanos e mediação, tendo como objetivo precípua o estudo do ofício do mediador, na esteira do pensamento de Luis Alberto Warat, como forma de resolução dos conflitos e da formação de cidadãos engajados com a promoção efetiva dos direitos humanos”. Com isso, buscam ultrapassar o superar o conceito formalista mediação do universo jurídico, em direção a uma aplicabilidade pedagógica de educação em direitos humanos.

O título: *O Estado de Coisas Inconstitucional e a violação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro*, do texto de Luciano Meneguetti Pereira, já anuncia a análise do “o quadro de violações generalizadas, contínuas e sistemáticas dos direitos humanos” nas prisões do Brasil. Além disso, o autor mostra que esta situação também demonstra

---

uma clara ofensa e o descumprimento dos tratados internacionais de direitos humanos e de decisão do STF.

A seguir, Adriana das Graças de Paula apresenta uma análise comparativa da legislação de países da América Latina no combate a violência contra a mulher. O estudo – *Brasil, México e Peru: o combate à violência contra a mulher por meio da legislação* – é complementado com a análise sobre os “antecedentes e o contexto em essas que foram criadas e o modo como a perspectiva de gênero é apresentada nessas legislações”.

Qual a origem do direito à memória e a verdade? Quais as dificuldades de efetivação desse direito no Brasil? E qual a contribuição da memória e da verdade, de período de intensa violação de direitos humanos, para a consolidação de uma sociedade mais justa? Essas são as principais indagações que as autoras: M. Elizete Guimarães, Ana Danielly Pessoa e Auristela Rodrigues procuram responder com o artigo *A educação em direitos humanos para a efetivação do direito à memória e à verdade*.

*A educação em direitos humanos em Pernambuco: as práticas vivenciadas nas escolas estaduais*. Esse é o título do texto, em que Celma Tavares faz um balanço da experiência de EDH na educação formal, enquanto política pública em rede estadual de ensino. A pesquisa detectou a variedade de “estratégias utilizadas e a diversidade dos modos de abordar os conteúdos de direitos humanos”, como também as fragilidades e as lacunas a serem superadas para melhor articular essa prática pedagógica.

Revisitando a história desde “a abolição do regime de trabalho escravo e a chegada do racismo de base pseudocientífica ao Brasil”, Igo Gabriel Santos Ribeiro e Sílvio José Benelli procuram demonstrar, com linguagem e argumentos vigorosos, o racismo sofrido pela juventude negra, por parte dos “mais diversos sistemas públicos”, a exemplo do Sistema de Justiça Juvenil, organizado como Sistema Socioeducativo. Em *Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado*, os autores empregam o método de “investigação histórica e documental orientada pela genealogia desenvolvida por Michel Foucault”.

“As lutas pela garantia do direito à memória esbarram [...] numa linguagem de direitos humanos historicamente racista e sexista nutrida pela colonialidade do poder” europeu. Tendo esta premissa como referência, Vanessa Rodrigues Araújo analisa criticamente *O monopólio da memória branca na linguagem dos direitos humanos* (título de seu artigo), que silencia e/ou marginaliza as memórias dos povos colonizados. Assim a autora almeja “debater os possíveis caminhos de expansão dessa categoria de direito no discurso dos direitos humanos”.

Encerra-se a sessão de ‘artigos diversos’ com o texto *A imprensa católica e os direitos humanos: o semanário “O São Paulo” no contexto do Estado autoritário brasileiro*, de Adriano Gonçalves Laranjeira e Jorge Miklos. É um resgate da história de luta de resistência, deste jornal da Igreja Católica, ao autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira de 1964-1985. A atuação de O São Paulo na defesa dos direitos humanos, a partir de 1970, teve a liderança de Dom Paulo Evaristo Arns, ‘figura-símbolo’ na luta contra o Estado autoritário e pelo processo de redemocratização. Assim a pesquisa mostra as “relações entre os campos da mídia, da política e da religião”.

A resenha *Controversia: una estrategia para aproximarse a la Educacion en Derechos Humanos* de Carlos Contreras Painemal fecha a presente edição da RIDH. Seu objeto é a obra “Educación en derechos humanos: una propuesta para educar desde la perspectiva

---

controversial”, em que os autores Abraham Magendzo e Jorge Manuel Pavéz, apresentam um método de EDH, em resposta ao mundo conflituoso contemporâneo.

\* \* \*

O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva dos autores.

Junho, 2017.

Clodoaldo Meneguello Cardoso  
Editor

